

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

10
Mar
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



lximenes@redegazeta.com.br

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Acordo para reduzir uso irregular de agrotóxicos

O Ministério Público Estadual, através do Centro de Apoio do Consumidor, coordenado pela promotora de Justiça Sandra Lengruher, fez uma reunião com órgãos como a Vigilância Sanitária, a Federação da Agricultura e a Acaps, que representa os supermercados, para fechar um acordo com objetivo de acabar com o uso agrotóxicos proibidos nas lavouras e com o uso de quantidade superior ao permitido nos alimentos.

Conhecendo a origem

A ideia é, através de ações educativas e orientativas, chamar à responsabilidade produtores rurais e estabelecimentos que comercializam os produtos agrícolas. Com a medida, o comerciante vai ter que saber como foi o uso do agrotóxicos no cultivo.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Vila Velha estuda adesão ao botão do pânico

Prefeitura abriu diálogo com empresa responsável pelo sistema de controle

« O município de Vila Velha estuda oferecer o botão do pânico para mulheres vítimas de violência. A prefeitura está em diálogo com a empresa responsável pelo projeto para ver a viabilidade financeira no sistema. Caso seja possível, segundo o exe-

cutivo, é necessário um processo de licitação para adquirir os equipamentos.

O botão do pânico é um pequeno equipamento cedido às mulheres que já sofreram agressão física por parte de ex-companheiros e têm medida protetiva. O equipamento aciona a Guarda Municipal em caso de risco iminente por meio do apertar de um botão. Atualmente, no Estado, só é fornecido pe-

la prefeitura de Vitória.

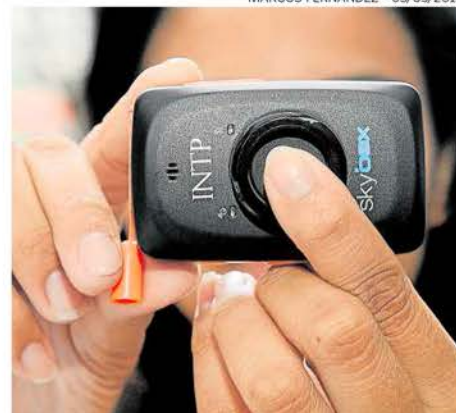
Segundo a secretária de Assistência Social, Ana Cláudia Simões, é necessário checar a viabilidade financeira. Ana Cláudia foi assessora do Tribunal de Justiça (TJ-ES) na época da criação do sistema. “A gente não tem intenção de parar por aí. Há possibilidade de um plano de captação de recursos na iniciativa privada. Tudo é

estudado para conseguirmos implantar no que dá certo na proteção para as mulheres em Vila Velha”, acrescenta.

PROJETO

A câmara de vereadores de Vila Velha aprovou na quarta-feira um projeto de lei prevendo a implantação do botão do pânico. A prefeitura explica, no entanto, que é necessário um processo de licitação e não uma legislação, pois apesar da ideia do equipamento ter partido de dentro do TJ-ES, uma empresa elaborou o sistema.

MARCOS FERNANDEZ - 03/03/2015



Botão do pânico já é usado por mulheres em Vitória

ESPECIAL SEGURANÇA

REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA

Novas companhias da PM começam a funcionar hoje

Transferências incluem militares da Rotam e do Batalhão de Missões Especiais

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Mais de 500 policiais militares começaram a ser transferidos ontem para outras unidades da PM no Estado. As mudanças fazem parte da reestruturação da corporação com a criação de novas companhias e batalhões que começam a funcionar hoje.

A maior parte dos militares que estão sendo movimentados faziam parte de uma tropa de elite que foi extinta, a Rotam (Ronda Tática Ostensiva Metropolitana), foco da resistência do movimento grevista. A equipe foi partilhada entre as novas companhias criadas para atuar em Vitória (Jardim Camburi), Serra (Feu Rosa) e Vila Velha (Jabaeté).

Mas há também policiais do antigo Batalhão de Missões Especiais (BME), transformado em companhia independente e que teve sua tropa reduzida.

As novas companhias vão somar esforços com batalhões que já existem nesses municípios para reforçar o policiamento nos bairros, segundo infor-



Militares que integravam a Rotam, tropa de elite da polícia, foram divididos entre outras companhias

mou o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, ao anunciar a reestruturação.

Na ocasião Garcia também informou que as três novas companhias independentes terão, ao todo, 695 militares, para 74 bairros e localidades. E que elas absorverão a força que já atua na estrutura

das unidades em que serão instaladas.

Em Vitória, a recém criada 12ª Companhia Independente será comandada pelo capitão Carlos Magno Oliveira Silva, em Jardim Camburi. Já a 13ª Companhia, em Jabaeté, Vila Velha, ficará sob a responsabilidade do major Márcio Vieira Hollanda.

Por último a da Serra, em Feu rosa, que 14ª Companhia Independente, que terá como comandante o major Maximiliano Werneck de Souza.

Já o comando da Cimesp passará a ser do major Marcelo Tavares de Souza. Outra companhia especial é a de Operações com Cães, que fi-

cará no Quartel do Comando Geral, em Maruípe, e terá como comandante o capitão Rafael Sant'Anna Reis.

Também foram feitas mudanças no interior do Estado, com a criação de dois novos comandos de policiamento ostensivo. Um deles ficará na região Noroeste, sob a responsa-

TROPA

695

militares

Esse será o efetivo das novas companhias independentes, atendendo a 74 bairros e localidades.

bilidade do tenente-coronel Marcelos Gonçalves de Assis. Vai englobar o 2º, 8º e 11º batalhões, totalizando 21 municípios.

Já o Comando de Polícia Ostensiva Serrano ficará responsável pelo 14º Batalhão, 2ª, 6ª, e 8ª Companhia Independentes, num total de 18 municípios, sob a responsabilidade do tenente-coronel Arilson Marcelo Martinelli.

Ontem também foi publicada a exoneração do tenente-coronel Alexandre Quintino Moreira do cargo de comandante de Polícia Ostensiva Sul. Ele responde a um Conselho de Justificação - processo administrativo demissionário - e a um inquérito policial militar (IPM) por estimular o movimento grevista. A função passa a ser ocupada pelo tenente-coronel Alessandro Marin.

BME muda de nome no Facebook

▲ A página no Facebook do extinto Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar do Estado agora figura o novo nome: Companhia Independente de Missões Especiais (Cimesp). A mudança foi feita na tarde de ontem e já apresentava a nova marca da equipe.

Com a mudança a tropa também perdeu equipe, passando de 340 para 260 homens e se transformou em uma companhia independente, - portanto, com status inferior. Sua nova sede será em Jardim América, Cariacica, onde estava sediada a



Companhia Independente de Missões Especiais

Página mostra o nome Companhia Independente de Missões Especiais (Cimesp)

Rotam. Antes funcionava em Vitória, ao lado do quartel da corporação.

Por trás da reestruturação da tropa de elite estão os focos de resistência grevista. Alguns dos militares que nela atuavam se mantiveram aquartelados du-

rante a greve.

Em entrevista concedida ao anunciar a reestruturação, o secretário de Estado da Segurança, André Garcia, destacou que o treinamento desses policiais especiais será mantido. "Quando se

tem uma unidade menor, dando um controle melhor, uma estrutura melhor, respeitando a importância de cada uma dos nossos policiais, estamos indo por um caminho mais correto de policiamento", frisou.

Conciliação na Justiça será dia 16

▲ A Justiça estadual marcou para o próximo dia 16, às 14 horas, uma audiência de conciliação entre todos os envolvidos no movimento que resultou na greve dos policiais militares e que durou 22 dias. O juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual (MPE), atendeu ao pedido do Ministério Público Estadual, proposto na última segunda-feira.

Foram intimados para a audiência representantes do Comitê Permanente de Negociação do Estado, a

Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Associação de Cabos e Soldados (ACS), da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares (Asses), da Associação de Bombeiros Militares (ABMES), da Associação dos Oficiais Militares (Assomes), da Associação dos Militares da Reserva (Aspomires).

Já os amigos e familiares dos militares estaduais responsáveis pelos piquetes em frente aos batalhões e companhias da PM, vão ser convocados por edital.

REPRODUÇÃO



OPINIÃO DA GAZETA

/// Luta pela igualdade feminina ainda tem muitos desafios pela frente, como superar visões arcaicas sobre o papel da mulher

VIOLÊNCIA E PRECONCEITO

O Dia Internacional da Mulher tem servido cada vez mais ao seu propósito original: uma data para reflexões sobre a luta pela igualdade feminina em todas as esferas. Muito já se avançou, há muito ainda a se avançar. O próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acredita que ainda levarão 20 anos para os salários de homens e mulheres se igualarem. E essa é apenas uma das batalhas.

Uma mudança urgente é a de mentalidade. Em pleno 2017, é inaceitável que ainda se determine o papel feminino na sociedade. A gafe do discurso de Michel Temer em homenagem às mulheres é fruto desse pensamento arcaico, num momento em que elas têm mais abertura para escolherem o caminho que querem seguir e devem ser estimuladas a

isso. Colocá-las como meras “fiscais” de preços em supermercados é explicitar uma visão preconceituosa sobre as mulheres que já deveria ter sido superada. Uma prova de que é uma das batalhas que não foi completamente vencida.

Mais grave é a sensação de insegurança ainda inerente ao sexo feminino. O combate à violência contra a mulher é um dos maiores desafios, principalmente pela vulnerabilidade. Se a Lei Maria da Penha é um importante instrumento de proteção, a legislação ainda não consegue impedir a reincidência. No Estado, segundo colocado no triste ranking do feminicídio, mais da metade das mulheres com medidas protetivas em andamento são vítimas de agressões novamente. Nesse caminho, o desfecho de muitos casos é a morte.

A promoção de políticas públicas em defesa das mulheres deve ser incessante. A violência física é o grande mal a ser vencido, mas as batalhas cotidianas, como o posicionamento das mulheres na sociedade, tampouco podem ser esquecidas.

VIOLÊNCIA**9,3****homicídios a cada 100 mil mulheres**

É a taxa de feminicídios no Estado, a segunda mais alta do país.

MPES AMPLIA GASTO COM TÍQUETE DE SERVIDORES

Efetivos e comissionados ganharão auxílio de R\$ 1.070 por mês

4 NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Os 682 servidores do Ministério Público Estadual (MPES) vão receber, a partir de abril, R\$ 12,10 a mais por mês de auxílio-alimentação. Dessa forma, o benefício passará a ser de R\$ 1.070,08 mensais, o maior valor na comparação entre o que recebem os servidores dos outros Poderes do Estado.

A portaria que reajusta o valor foi publicada ontem, no Diário do Ministério Público, e o pagamento será retroativo ao mês fevereiro. Com o aumento de 1,15%, o órgão gastará R\$ 8.252,20 a mais por mês com o benefício, o que significa um acréscimo de R\$ 99.026,40 no ano.

Entretanto, o aumento no gasto até dezembro será ainda maior, considerando que conforme a legislação, os servidores devem ter o tíquete reajustado de forma automática trimestralmente pelo IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado/ Fundação Getúlio Vargas).

Em janeiro de 2016, o auxílio era de R\$ 44,20 por dia, considerando sempre 22 dias úteis por mês. O valor foi reajustado para R\$ 46,59 em maio, em seguida para R\$ 47,85 em outubro e depois para R\$ 48,09 em novembro.

Agora, os servidores contarão com R\$ 48,64 por dia para custear suas



Fachada da sede do MPES, em Vitória: Instituição diz que reajuste é previsto em lei

despesas com refeições.

O aumento vale para os cerca de 457 efetivos e mais de 200 funcionários comissionados, que são cargos de livre indicação. Os membros da instituição, que são os procuradores e promotores de Justiça, não são beneficiados pelo reajuste.

O MPES informou, por meio de nota, que esse au-

mento de gastos estava previsto no orçamento da instituição para este ano, embora não tenha havido corte de despesas para compensá-lo, mesmo com a crise financeira.

O auxílio, por ter caráter indenizatório, não é contabilizado no gasto com pessoal, e sim na rubrica de custeio. Desta forma, não há impacto na Lei

de Responsabilidade Fiscal (LRF). Atualmente, o MPES já se encontra acima do limite de alerta estipulado pela LRF, gastando o equivalente a 1,84% da receita corrente líquida do Estado para arcar com a folha de pagamento.

COMPENSAÇÃO

Embora já esperado, o incremento no tíquete-ali-

CUSTO

R\$ 729 mil

Será o gasto mensal do MPES só com o auxílio-alimentação de servidores.

INFLAÇÃO

“Atua como uma compensação, e é apenas a perda inflacionária do período”

VANDERLEI CRISTO MENDONÇA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MPES

mentação é ainda mais importante para os servidores devido ao momento financeiro do Estado. Sem reajuste salarial desde 2014 e permanecendo sem perspectiva de quando ele poderá vir, o reajuste dos benefícios amenizam as perdas dos servidores, defende a Associação dos Servidores do Ministério Público do Espírito Santo (Assempeps).

“Atua como uma compensação, e é apenas a perda inflacionária do período. Com esse reajuste trimestral, há uma correção de cerca de R\$ 50 a R\$ 70 no valor mensal a cada ano. Mas o ideal seria o reajuste sala-

rial, já que o auxílio só pode ser gasto em alimentação”, destacou o presidente da associação, Vanderlei Cristo Mendonça.

A Assempeps também negocia com a instituição para obter um aumento de cerca de 15% sobre o auxílio-saúde, cujo valor varia de acordo com a faixa etária. O máximo pago hoje são R\$ 800.

PODERES

Em janeiro, houve o reajuste no tíquete dos servidores do Judiciário, que se equiparou ao benefício pago ao Ministério Público, na época, de R\$ 1.057. No Tribunal de Justiça, o reajuste é concedido anualmente e foi de 7% aos 3,7 mil funcionários.

Na Assembleia Legislativa, o auxílio-alimentação passou a ser de R\$ 1.036 mensais em 2017. No ano passado, era de R\$ 967,47. O benefício não é pago a todos os servidores. No Tribunal de Contas, o tíquete é de R\$ 897,10 por mês.

Já os servidores do Executivo aguardam uma decisão judicial sobre o auxílio-alimentação, que é hoje de R\$ 176 (para carga horária de 8h), e concedido apenas a quem recebe pela modalidade de vencimentos. Os mais de 50 mil funcionários que recebem o salário na forma de subsídio, como professores e policiais, não ganham o benefício.

RESPOSTA

Juízes do Trabalho se revoltam contra “críticas irresponsáveis” de Maia

Presidente da Câmara disse que Justiça do Trabalho não deveria existir no país

▄ A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidade que representa mais de 4 mil juízes do Trabalho no país, e o Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec) di-

vulgaram ontem uma nota em que manifestam repúdio às declarações do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O deputado defendeu fortemente a mudança da legislação trabalhista e, ao reclamar do excesso de regras para a relação entre patrão e empregado, sugeriu que a Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”.

Para as entidades, as de-

clarações de Rodrigo Maia “ofendem os juízes do Trabalho que atuam em todo o Brasil e que, ao contrário do que afirma o parlamentar, têm a importante missão de equilibrar as relações entre o capital e o trabalho, fomentando a segurança jurídica ao garantir a correta aplicação do Direito, de forma digna e decente”.

“Críticas sobre o aprimoramento de todas as

instituições republicanas são aceitáveis, mas não aquelas – aí sim irresponsáveis – com o único objetivo de denegrir um segmento específico do Poder Judiciário que, especialmente neste momento de crise, tem prestado relevantes serviços ao país e aos que dela mais necessitam”, afirmam a Anamatra e o Coleprec.

Segundo as entidades,

em 2015, 11,75% (4.980.359 processos) do total de novos processos ingressados no Poder Judiciário representaram ações relativas ao pagamento de verbas rescisórias, “dado que revela o quanto a Justiça do Trabalho é imprescindível em um país desigual e injusto”.

“Também causa repulsa à Anamatra, ao Coleprec e aos seus representados as

afirmações do deputado de que a reforma trabalhista encaminhada pelo governo federal ao Parlamento seria ‘tímida’ e que a reforma da Previdência não possuiria pontos polêmicos, declarações essas que revelam um profundo desconhecimento dos princípios constitucionais que regem os direitos trabalhistas e sociais, além dos verdadeiros reflexos das propostas para o país”.

Justiça mantém decisão que obriga Samarco a pagar salário para pescador

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) negou pedido da empresa Samarco Mineração para suspender decisão da 1ª Vara Cível de Linhares que deferiu, em tutela de urgência, o pagamento mensal de um salário mínimo a um pescador da cidade que teria ficado sem trabalho após o rompimento de barragem da empresa, em Mariana/MG. O pagamento é retroativo e deve ser realizado até que haja uma decisão contrário.

De acordo com a decisão, o dano ambiental ocorrido é fato público e há elementos nos autos que evidenciam a utilização do rio como forma de subsistência do pescador e de sua família. “Para o agravado, não é possível aguardar o final do processo, diante do caráter alimentar da tutela, aliado ao fato de que não consegue extrair o sustento do rio da forma como outrora, em razão do dano ambiental”, diz o acórdão da 1ª Câmara Cível do TJES.

MPES amplia gasto com reajuste do auxílio-alimentação de servidores

Efetivos e comissionados ganharão auxílio de R\$ 1.070 por mês

Os 682 servidores do Ministério Público Estadual (MPES) vão receber, a partir de abril, R\$ 12,10 a mais por mês de auxílio-alimentação. Dessa forma, o benefício passará a ser de R\$ 1.070,08 mensais, o maior valor na comparação entre o que recebem os servidores dos outros Poderes do Estado.

A portaria que reajusta o valor foi publicada ontem, no Diário do Ministério Público, e o pagamento será retroativo ao mês fevereiro. Com o aumento de 1,15%, o órgão gastará R\$ 8.252,20 a mais por mês com o benefício, o que significa um acréscimo de R\$ 99.026,40 no ano.

Entretanto, o aumento no gasto até dezembro será ainda maior, considerando que conforme a legislação, os servidores devem ter o tíquete reajustado de forma automática trimestralmente pelo IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado/ Fundação Getúlio Vargas).

Em janeiro de 2016, o auxílio era de R\$ 44,20 por dia, considerando sempre 22 dias úteis por mês. O valor foi reajustado para R\$ 46,59 em maio, em seguida para R\$ 47,85 em outubro e depois para R\$ 48,09 em novembro.

Agora, os servidores contarão com R\$ 48,64 por dia para custear suas despesas com refeições.

O aumento vale para os cerca de 457 efetivos e mais de 200 funcionários comissionados, que são cargos de livre indicação. Os membros da instituição, que são os procuradores e promotores de Justiça, não são beneficiados pelo reajuste.

O MPES informou, por meio de nota, que esse aumento de gastos estava previsto no orçamento da instituição para este ano, embora não tenha havido corte de despesas para compensá-lo, mesmo com a crise financeira.

O auxílio, por ter caráter indenizatório, não é contabilizado no gasto com pessoal, e sim na rubrica de custeio. Desta forma, não há impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Atualmente, o MPES já se encontra acima do limite de alerta estipulado pela LRF, gastando o equivalente a 1,84% da receita corrente líquida do Estado para arcar com a folha de pagamento.

Compensação

Embora já esperado, o incremento no tíquete-alimentação é ainda mais importante para os servidores devido ao momento financeiro do Estado. Sem reajuste salarial desde 2014 e permanecendo sem perspectiva de quando ele poderá vir, o reajuste dos benefícios amenizam as perdas dos servidores, defende a Associação dos Servidores do Ministério Público do Espírito Santo (Assempe).

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://novo.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/03/mpes-amplia-gasto-com-reajuste-do-auxilio-alimentacao-de-servidores-1014032376.html>

Mulher é indenizada após tomar calote de capixaba que conheceu na internet

Segundo testemunhas, ele já havia aplicado o mesmo golpe em várias mulheres

Uma psicopedagoga de Pernambuco será indenizada em R\$ 36 mil após sofrer um golpe de um homem de Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Espírito Santo, que ela conheceu pela internet. Ela deixou o emprego em Recife para vir ao Estado com os três filhos morar com o homem. E ele a abandonou depois de pegar R\$ 15 mil emprestado.

Pelos danos causados o ex-parceiro foi condenado a indenizá-la em R\$ 9.861,94 pela parte do empréstimo que não foi pago, além de gastos que a parceira teve com a união e a compra de mobília, além de despesas da casa; em R\$ 6.961,72 a título de lucros cessantes, pelos salários que ela deixou de receber ao abandonar o emprego; e por fim, R\$ 20 mil por danos morais.

Segundo os autos, um mês após chegar ao estado, a psicopedagoga foi surpreendida pela atitude do parceiro que, depois de pegar emprestado com ela a quantia de R\$ 15 mil, mudou completamente de comportamento, ficando frio e agressivo, vindo a terminar a relação.

O casal teria se conhecido pela internet, e o homem se apresentou como comerciante. Rapidamente passaram a trocar mensagens e telefonemas, e, se dizendo apaixonado, o requerido foi visitá-la em sua cidade natal.

Após conhecer toda sua família, a convidou para ir morar com ele em Cachoeiro, com promessas e pedidos de casamento, e após alguma relutância em abandonar seu trabalho de psicopedagoga, a requerente acabou aceitando, se mudando com os filhos para a residência do suposto comerciante.

Como ele já vivia em união estável, teria pedido a psicopedagoga que realizasse um empréstimo junto ao banco para que ele pudesse realizar a compra de utensílios para a lanchonete que possuía.

Após contrair o empréstimo e realizar a transferência para o requerido, não obteve qualquer satisfação a respeito da aplicação do dinheiro. Apreensiva, a requerente foi pedir a devolução do valor, quando o comportamento do réu mudou completamente, se tornando agressivo e frio, motivo pelo qual o relacionamento terminou.

Por conta do empréstimo, a autora da ação não teve condições de arcar com os custos de voltar para a sua cidade natal, passando então a morar de favor na casa da ex-sogra.

Ao saber que ele iria a uma audiência no fórum da cidade, a autora foi até lá e conseguiu reaver R\$ 10 mil, porém, o requerido passou a ameaçá-la, motivo pelo qual registrou boletim de ocorrência, ensejando ação penal que culminou na prisão do homem.

Após o fato, a requerente descobriu, através da irmã do réu, que ele já havia aplicado o mesmo golpe em várias mulheres, motivo pelo qual ajuizou a ação.

Mulher é indenizada após tomar calote de capixaba que conheceu na internet

Segundo testemunhas, ele já havia aplicado o mesmo golpe em várias mulheres

Em sua defesa, o requerido argumentou que todas as atitudes da autora foram voluntárias e espontâneas, de forma que ele não poderia ser responsabilizado pelas ações que sua ex-parceira teria tomado precipitadamente.

Segundo o magistrado da 2ª Vara Cível de Cachoeiro de Itapemirim, as provas documentais e orais apresentadas o convenceram de que o réu se aproveitou da fragilidade emocional da autora para conseguir vantagens financeiras, pois teria agido da mesma forma com outras mulheres, conforme testemunho de uma de suas ex-parceiras.

A irmã do homem também teria afirmado em depoimento que ele já teria agido da mesma forma com outras parceiras, e confirmou os fatos narrados pela autora.

Por fim, um tio dele testemunhou que a requerente seria a quarta mulher do requerido, que atualmente já se encontra com outra, e que ele teria tido uma história similar de empréstimo de dinheiro com uma delas.

Justiça nega pedido da Samarco de suspender indenização de pescador de Linhares

Segundo a Defensoria Pública, a mineradora não reconhece a necessidade de indenizar o pescador

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo negou pedido da mineradora Samarco para suspender decisão da 1ª Vara Cível de Linhares que deferiu, em tutela de urgência, o pagamento mensal a um pescador de Linhares, no Norte do Estado, que ficou impossibilitado de exercer sua profissão, após o rompimento de barragem da empresa, em Mariana, Minas Gerais.

De acordo com a defensora pública, Rafaela Farias Viana, responsável pelo caso, o pescador Erasmo José da Corsa, que mora na região de Cacimbas, próximo ao balneário de Povoação, tirava seu sustento da pesca, mesmo assim, a mineradora não reconhece a necessidade de indenizá-lo.

“Alegaram que o pescador não tinha prova suficiente para mostrar que tinha sido afetado pelo ocorrido. Então entramos com recurso e o Tribunal de Justiça entendeu que ele foi afetado”, explicou a defensora pública.

A indenização está sendo paga há três meses e o valor é retroativo à data à novembro de 2015, quando houve o rompimento da barragem. O benefício deve ser mantido até que haja uma decisão contrária.

Indenização por levar golpe de namorado da internet

CACHOEIRO

Uma psicopedagoga do Recife, Pernambuco, mãe de três filhos, largou o emprego e mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim para morar com um homem que conheceu na internet. Após emprestar R\$ 15 mil ao companheiro, ela alegou uma mudança de comportamento dele que, segundo ela, ficou frio, agressivo e terminou a relação.

Pelos danos, o réu foi condenado a indenizá-la em R\$ 9.861,94 pela



DIVULGAÇÃO

MULHER usa computador: riscos

parte do empréstimo que não foi paga. Além disso, ele também vai ter que pagar gastos que a parceira teve com a compra de mobília e despesas da casa. A psicopedagoga vai receber ainda R\$ 6.961,72 pelos salários que deixou de receber ao abandonar o emprego e mais R\$ 20 mil por danos morais.

Segundo a decisão, as provas convenceram o juiz de que o réu se aproveitou da fragilidade emocional da mulher para conseguir vantagens financeiras.